CAPÍTULO II

A violência interparental na vida das crianças

INTRODUÇÃO

Os problemas de ajustamento da criança ao conflito marital podem, segundo Cummings (1998), ser compreendidos em termos de processos de *coping*, em oposição a uma classificação simplesmente diagnóstica. A abordagem de *stress* e *coping*[8] de Lazarus e Folkman (1984) parece aplicar-se bem ao estudo do impacto na criança de conflitos familiares. Cummings e Cummings em 1988 inspirados nessa abordagem, sugerem que o *background* de experiências familiares da criança, as suas próprias características pessoais e o contexto e as características estímulo de expressões de raiva influenciam as suas respostas de *stress* e *coping*. Tais respostas podem ser conceptualizadas em termos de respostas cognitiva, emocional, social ou psicológica especificas ou, mais claramente, como estratégias ou estilos de *coping* (Cummings, 1998). Com o tempo, estes padrões de resposta poderiam contribuir para um funcionamento adaptativo ou, em alternativa, resultados inadaptativos que reflectem problemas de ajustamento.

É importante salientar que nem todas as crianças expostas à violência interparental apresentam sintomas de *coping* e *stress* desadaptativo. A investigação (cf. Hughes & Luke, 1998) revela que algumas crianças expostas à violência marital, surpreendentemente, mostram-se bem ajustadas no seu ambiente doméstico violento. Wolfe, Jaffe, Wilson e Zak (1985) comprovaram que, aproximadamente, um terço dos rapazes e um quinto das raparigas que viviam em abrigos não apresentavam sintomas que os situassem no nível clínico e uma proporção significativa das restantes crianças

[8] Esta abordagem define "*stress*" como o relacionamento particular entre a pessoa e o meio que é percebido pela pessoa como excedendo os seus recursos e pondo em perigo o seu bem-estar. O *coping* é conceptualizado como um processo dinâmico que envolve pensamentos e actos que o indivíduo usa para gerir as exigências externas e/ou internas de uma transação pessoa - meio específica que é avaliada como *stressante*" (Lazarus & Folkman, 1984, cit. Cummings, 1998).

mostram muito poucos sintomas negativos e inclusive competências sociais e ajustamento acima da média (cit. Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990).

O estudo da resiliência é importante para percebemos o porquê de haver crianças que expostas à violência interparental não são afectadas negativamente por essa experiência. A resiliência não é uma característica fixa de uma pessoa, mas muda com o tempo e com as circunstâncias (Freitas & Downey, 1998, cit. Margolin, Oliver & Medina, 2001). Importa, também, clarificar que o estudo sobre a resiliência é construído sobre os conceitos de indicadores de risco (factores de risco), mecanismos de risco (vulnerabilidade) e variáveis protectoras (Rutter, 1994; Werner, 1990, cit. Margolin, Oliver & Medina, 2001). Os indicadores de risco são perigos psicossociais e biológicos que aumentam a probabilidade de resultados desenvolvimentais negativos. Os mecanismos de risco ou vulnerabilidades explicam o como e o porquê de susceptibilidades individuais (daí o exame das dimensões do conflito marital ou das características individuais da criança). Quanto às variáveis protectoras, a literatura psicológica oferece três formas gerais através das quais estas exercem o seu efeito: variáveis que interagem com o factor de risco para diminuir o resultado negativo (e.g., estratégias de *coping* activas); variáveis que têm efeito directo na adaptação independentemente do risco (e.g., interesse parental no cuidar da criança); e as variáveis que inoculam a criança através de respostas bem sucedidas ao desafio (e.g., história de exposição a conflitos parentais construtivos).

Muitas vezes, o papel das diversas variáveis citadas sobrepõem-se. Uma variável protectiva podem ter um efeito na diminuição das respostas negativas da criança, mas igualmente um efeito interactivo no factor de risco. Por exemplo, o suporte familiar ou social pode ajudar a diminuir o impacto negativo da violência interparental ou servir como amortecedor desse impacto, na presença do *stressor* ou sob outras condições de risco.

Os estudos sobre a resiliência de crianças expostas à violência interparental, buscam sobretudo a identificação de factores protectores[9], geralmente relacionados com aspectos da criança, dos pais e do meio (Hughes, Graham-Bermann & Gruber, 2001). A literatura psicológica (e.g., Garmezy, 1983; Jenkins & Smith, 1991, cit. Margolin, 1998; Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990) tende a agrupá-los em três categorias principais, sendo estas: o suporte dentro do sistema familiar (e.g., um bom relacionamento com um dos progenitores, com os irmãos); o suporte fora do sistema familiar (e.g., ter amizades estáveis, participação comunitária ou realização de tarefas que favoreçam um reconhecimento positivo); e os atributos da criança (e.g. um bom nível de inteligência, uma auto-estima positiva, capacidade de adaptação a novas situações). A inteligência, a capacidade de adaptação escolar, as competências atléticas e as relações com pares, assim como talentos especiais e interesses podem servir como recursos ou amortecedores para os efeitos do abuso. Os ambientes escolar e de vizinhança e a eficácia da terapia, quando proporcionada, são também mediadores dos efeitos de eventos de vida *stressantes* na criança (Sani, 2002b).

Neste capítulo, faremos primeiramente, uma abordagem do risco, da vulnerabilidade e da adaptação da criança, atendendo a alguns dos principais factores mediadores do impacto da exposição à violência interparental. Nesta apresentação serão incluídas características da criança, do meio e discutidas importantes interações entre algumas dessas variáveis no que concerne ao ajustamento psicológico da criança. No final deste capítulo, discutiremos os efeitos indirectos e directos que esta experiência *stressante* pode ter na criança.

[9] Segundo Garmezy (1981) definem-se como atributos de pessoas, meio, situações e eventos que parecem ajustar-se a predições de psicopatologia sobre um indivíduo com estatuto de risco (cit. Humphreys, 1993).

1. VARIÁVEIS MEDIADORAS DO IMPACTO DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

Entre as variáveis mediadoras que podem ajudar a clarificar a relação entre o conflito conjugal e o ajustamento da criança, encontram-se as características individuais da criança como, por exemplo, a idade, o género, o temperamento, a auto-estima, as capacidades cognitivas, as estratégias de *coping*, as percepções e interpretações da criança. Para além destas, temos ainda a considerar factores situacionais – contextuais, que incluem dois tipos: (a) variáveis situacionais que estão directamente relacionadas com a criança (e.g., experiência passada com a violência, competências parentais dos pais, saúde mental dos pais e suporte social); (b) variáveis contextuais mais relacionadas com os pais e o conflito entre estes (e.g., local de ocorrência, frequência, intensidade, duração, conteúdo, resolução do conflito) (Hughes & Luke, 1998; Hughes & Graham-Bermann, 1998).

À luz desses vários factores mediadores, podemos encontrar uma variabilidade enorme, no que respeita às reacções das crianças quando expostas à violência conjugal. Importante é também, compreender que, muitas vezes, estes factores interagem (e.g., idade e o género) dando origem a resultados diferentes, aos que produziriam cada um deles isoladamente.

Discutamos, então, algumas das variáveis mais importantes, que podem tornar a criança mais ou menos vulnerável, à influência negativa da violência interparental. Focaremos, primeiramente, algumas variáveis relacionadas com as características pessoais da criança, para posteriormente, dedicarmos atenção a outros factores situacionais / contextuais capazes de ocasionar variações quanto ao impacto da violência interparental na criança.

1.1. Características individuais

A criança não é simplesmente um recipiente passivo das influências da família, mas um ser activo e reactivo, agente participante nas transações familiares (Graham-Bermann, 1998). Assim, as reacções da criança à violência interparental podem ser uma função, entre outras, das suas características pessoais. As diferenças individuais entre as crianças devem ser olhadas como podendo constituir factores de vulnerabilidade ou de protecção, que podem aumentar ou diminuir, respectivamente, o risco inerente à exposição. Acrescente-se a estas características de nível pessoal, os significados construídos pela criança acerca da violência e as crenças acerca dos relacionamentos com outras pessoas, acerca da família e acerca do seu desenvolvimento do sentido do *self* (Graham-Bermann, 1998; Sani, 2002a).

1.1.1. Idade e maturidade

Com a idade, as reacções das crianças geralmente mudam e é importante perceber isto, para compreendermos o impacto, pois todas estas mudanças e oscilações não têm uma correspondência linear com as distintas vulnerabilidades da criança. As consequências para as crianças expostas, recorrentemente, à violência interparental podem ser muito sérias, mesmo sendo estas crianças muito jovens e naturalmente imaturas para compreender o que se passa. Por exemplo, investigações com bebés com menos de 12 meses revelaram que, estas crianças manifestam um impacto negativo através do choro, quando perante uma situação de conflito não dirigida directamente a elas (Humphreys, 1993; Emery, 1989). As crianças mais

pequenas não possuem ainda capacidade simbólica de representação no primeiro ano das suas vidas, por isso elas usam as suas capacidades sensorio-motoras para perceber uma experiência que pode ser muito real para ela (Osofsky, 1999). O conteúdo das discussões pode não ser percebido, mas a sensibilidade da criança às emoções está desperta, pelo que se recente pela falta de atenção, de carinho ou disponibilidade do seu principal cuidador. As suas necessidades básicas de vinculação, as rotinas de alimentação, de sono, de higiene podem afastar-se do normal, dado todo o *stress* experienciado pelos conflitos conjugais. As queixas somáticas, as reacções de medo, os distúrbios de sono, os problemas de alimentação, os comportamentos regressivos (e.g., voltar a chuchar no dedo, enurese) são mais evidentes em idades pré-escolares (Hughes, 1996, cit. Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990; Margolin & Gordis, 2000; Wolfe & Korsch, 1994) ao passo que crianças mais velhas podem apresentar problemas de internalização ou externalização específicos (Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990). Comparativamente às crianças em idade escolar, as crianças em idade pré-escolar têm menos capacidades desenvolvimentais para regular as suas emoções e processos cognitivos e para avaliar a informação ambiental, estando mais dependentes de pistas dos pais para perceber os significados dos acontecimentos. Hughes (1986, cit. James, 1994) afirma que as crianças de abrigos (especialmente as mais novas), geralmente associam os seus próprios sentimentos aos da mãe, pelo que quando o nível de ansiedade da mãe se eleva ou diminui o das crianças também. Não admira, portanto, que estas crianças estejam mais vulneráveis a desregular o seu afecto e comportamento com a exposição (Rossman *et al*., 2000). Alguns dos resultados comportamentais podem mais tarde incluir hipervigilância a uma ameaça percebida ou comportamentos de agressão quando antecipados actos agressivos pelos outros.

Em idade escolar a criança enfrenta os desafios de adaptação ao ambiente escolar e estabelecimento de relações com pares, sendo que tal requer capacidade para regular as suas emoções, mostrar empatia e atender a aspectos cognitivos complexos (Margolin & Gordis, 2000). A partir dos seis anos a sensibilidade da criança para resolução de conflitos aumenta, como aumenta a tendência para se envolverem directamente nas discussões, dizendo aos pais para pararem, distraindo-os (Cummings & Davies, 1994; Jenkins & Buccioni, 2000). Assim, os problemas de externalização parecem evidenciar-se mais em crianças nesta idade sendo comum, de acordo com Sudermann e Jaffe (1999), estas crianças serem muitas vezes rotuladas com Desordem de Déficit de Atenção por Hiperactividade (DDAH), sem antes ter havido um diagnóstico cuidado sobre os eventos experienciados no contexto doméstico. As dificuldades nas relações com pares, a baixa auto-estima ou a falta de energia para participar nas tarefas escolares são também comuns nesta idade. Entre os 6 e os 11 anos os rapazes são especialmente desafiantes com as professoras, reproduzindo um desrespeito pela mulher tal como vêem em casa (Sudermann & Jaffe, 1999).

As crianças mais velhas e adolescentes tendem a conviver com a violência entre pais de uma forma diferente. A tendência é para serem mais reservadas e secretistas em relação à situação familiar e, muitas vezes, tendem a negá-la. Como referem Klingman, Sagi e Raviv (1993), as crianças mais velhas têm muita dificuldade em falar abertamente dos problemas e, inclusive, saber se os têm. O seu nível desenvolvimental e as oportunidades prévias de aprendizagem influenciam, também, a forma como atribuem a culpa pelas interacções violentas e respondem aos mesmos. As crianças mais jovens têm uma maior tendência a atribuir a raiva da mãe a elas próprias, assumindo frequentemente a responsabilidade pelas emoções das mães. As crianças com menos de 8 anos interpretam a maioria dos acontecimentos em

relação a elas próprias e em virtude das capacidades incompletas de raciocínio apresentam um conceito distorcido de causalidade, segundo o qual o eventos ligam-se, não de forma causal, mas casual (Jaffe *et al*., 1990).

Os adolescentes tendem mais a projectar a culpa nos outros, a usar a agressividade como forma de resolver os problemas, a exibirem uma ansiedade elevada e a tornarem-se algo manipulativos do sistema familiar (Jaffe *et al*., 1990; Wolfe & Korsch, 1994). Durante a adolescência, os jovens começam, também, a desenvolver relacionamentos íntimos fora da família, podendo reproduzir os padrões de comunicação que aprenderam ou tender a aceitar o controlo, as ameaças e a violência do namorado(a), dando início à violência nas suas relações de namoro (Wilson, 1997). É, também, algo comum nesta idade, a ambivalência de sentimentos em relação a ambos os progenitores, assim como as fugas de casa, o envolvimento com grupos de pares com comportamento negativo. A depressão e a ideação suicida são outras manifestações mais típicas desta idade.

Outros adolescentes, sobretudo se têm irmãos mais novos, assumem a responsabilidade de manter a paz e a segurança da sua família, por exemplo, protegendo os irmãos durante os episódios violentos ou dando-lhe apoio depois das experiências de violência (Wilson, 1997). Estes jovens sentem que não podem abandonar o lar, adiando muitas vezes projectos de vida pessoais e profissionais.

1.1.2. Género

A variável género é referenciada em vários estudos, como a que apresenta resultados menos consistentes no que respeita aos efeitos da exposição à violência na criança (Englander, 1997; Holden, 1998; Rossman,

et al., 2000). A investigação mais recente que se tem preocupado com o estudo destas variáveis tem-se caracterizado pela assunção de que as raparigas e os rapazes respondem de um modo estereotipado em termos de género. De acordo com tal ideia, os rapazes tenderiam a identificar-se mais com os pais e as raparigas com as mães, dando relevo às abordagens sobre a transmissão intergeracional da violência (Hester, Pearson & Harwin, 2000). Tal explicaria o comportamento dos rapazes, frequentemente, descritos como sendo disruptivos, agressivos para pessoas e objectos, exibindo um temperamento difícil, enquanto que as raparigas estariam mais predispostas a exibir queixas somáticas e mais voltadas para o isolamento e comportamentos de passividade e dependência (Jaffe *et al.,* 1990), que podem comprometê-las em relacionamentos futuros. Estas dissemelhanças, que apontam essencialmente para uma maior externalização nos rapazes e uma maior internalização nas raparigas é corroborada por Cummings e Davies (1994), que acreditam que estas representam diferenças não ao nível do distúrbio, mas na forma de expressão do impacto. Segundo Margolin (1998) é possível que isso esteja relacionado com os diferentes significados psicológicos, construídos pelos rapazes e pelas raparigas face à exposição à violência conjugal. Talvez por aqui se perceba as conclusões de alguns estudos (Cummings, Davies & Simpson, 1994, Kerig, 1997, cit. Cummings, 1998; Laumakis, Margolin & John, 1998) que referem, por exemplo, que os sentimentos de culpa parecem estar mais ligados a problemas de ajustamento nas raparigas, enquanto que a eficácia no *coping* e percepção de ameaça mais relacionadas com o ajustamento dos rapazes.

Um outro mecanismo que afecta diferencialmente rapazes e raparigas está relacionado com as agressões directamente sofridas na sequência do conflito interparental. Como afirmam Rossman, Hughes e Rosenberg (2000), os rapazes tendem a ser, com mais frequência, vítimas das agressões físicas

e revelam mais problemas de externalização do que as raparigas. As estratégias de *coping* adoptadas por rapazes e raparigas diferem, muitas vezes entre estilos mais de aproximação e mais defensivo, respectivamente, o que tende a corresponder a problemas externalização neles e sobretudo problemas de internalização nelas (Kerig, Brown & Fedorowicz, 1996, cit. Rossman, *et al*., 2000). No caso das raparigas a sua sensibilidade para serem afectadas pelo estado emocional de suas mães, parecer ser mais comum do que nos rapazes. Por fim, segundo Margolin e John (1997) e no que se refere ao suporte percebido, as raparigas, mais do que os rapazes, têm o seu ajustamento associado às relações sociais exteriores à família.

Alguns estudos sobre a influência do género ao nível dos problemas comportamentais nas crianças expostas à violência interparental fornecem resultados misturados com outras variáveis, como por exemplo a idade. Assim, segundo Rossman, Hughes e Rosenberg (2000) é muito comum os rapazes expostos à violência interparental exibirem comportamentos agressivos em idades escolares, enquanto que as raparigas podem exibir esses mesmos comportamentos, mais durante a fase da adolescência. De uma maneira geral, os problemas dos rapazes parecem ser mais intensos durante a infância e os das raparigas parecem evidenciar-se mais na adolescência (Hops, 1995, cit. Rossman *et al*., 2000). Contudo, outros estudos apresentam resultados algo divergentes, ao enunciarem que entre as crianças em idade escolar, as raparigas exibem mais problemas comportamentais, agressão (Christopherpoulos *et al.*, 1987, Davis & Carlson, 1987, cit. Peled & Davis, 1995) e problemas de internalização (Holden & Ritchie, 1991, cit. Peled & Davis, 1995) do que os rapazes.

Segundo Davies e Lindsay (2001), as conclusões destes vários estudos integram-se em dois modelos teóricos que propõem e que explicam os efeitos do género da criança como variável mediadora entre o conflito marital e o

funcionamento da criança. Os autores designam um deles de *modelo de vulnerabilidade masculina*, o qual sustenta que os rapazes são mais susceptíveis aos efeitos negativos do conflito marital do que as raparigas. O outro modelo designaram de *modelo de reactividade diferencial*, o qual hipotetiza que os rapazes e as raparigas podem experienciar níveis comparáveis de *stress*, que se manifesta de forma diferente. Os rapazes tenderiam mais a externalizar e as raparigas a internalizar. Após um revisão de estudos sobre esta matéria, Davies e Lindsay (2001) concluem que nenhuma simples explicação consegue fazer uma estimativa completa da complexidade que existe entre o género e o conflito marital. Vários mecanismos intrapessoais e desenvolvimentais podem apoiar a explicação dessa complexidade.

1.1.3. Aspectos étnicos, culturais e religiosos

Não são muitos os estudos que se debruçaram sobre aspectos étnicos como possíveis mediadores do efeitos da violência testemunhada. Alguns estudos (e.g., Stagg, Wills & Howell, 1989; Westra & Martin, 1981, cit. Peled & Davis, 1995) referem que as crianças de raça branca mostram mais problemas comportamentais e menos competências motoras do que as crianças doutras raças. Todavia, muitos dos estudos são inconclusivos nesta matéria. McLoyd, Harper e Copeland (2001) afirmam, por exemplo, a propósito dos estudos sobre a relação entre a etnia e o conflito marital, que devido aos poucos esforços feitos para examinar como é que as percepções e as respostas dos pais aos conflitos influenciam a criança, não é claro como é que as potenciais variações étnicas podem moldar diferenças na experiência do conflito interparental em crianças de grupos étnicos minoritários.

Outros autores (e.g., Hester, Pearson & Harwin, 2000) afirmam que a etnia pode ter impacto na forma como a criança exposta à violência faz sentido do que está acontecer, representações que podem também resultar do 'racismo institucional' com que algumas mulheres e crianças se deparam e da provável falta de acção de certos profissionais para as ajudarem. Hester, Pearson e Harwin (2000) referem, por exemplo, que o argumento racista ou xenófobo como um meio adicional de controlo, pode ocasionar em algumas crianças de grupos étnicos minoritários dificuldades na identificação dentro das próprias famílias. O mesmo aconteceria se o fundamento fosse encorajar a mulher (e criança) a não contactar a polícia ou retirar o ofensor de casa.

A influência da herança cultural e religiosa da criança nas suas respostas à violência parental não tem sido, também, muito bem estudada (Rossman *et al*., 2000), até porque outros aspectos como desvantagens económicas e educacionais, *stressores* familiares surgem muitas vezes associados, dificultando a apreciação particular que a herança étnica tem ao nível do ajustamento da criança. Alguns dos estudos, a este nível, referem que os rapazes anglosaxónicos tendem a apresentar mais problemas de comportamento de carácter externalizante do que os rapazes afro-americanos (O'Keefe, 1994) ou hispânicos (McCloskey, Figueiredo & Koss, 1995, cit. Margolin, 1998). Admitem-se diferenças, também, quanto ao modo como as agressões interparentais verbais ou físicas possam ser percebidas de acordo com a cultura (El Sheikh & Cheskes, 1995, cit. Rossman *et al*., 2000). Segundo Rossman, Hughes e Rosenberg (2000), algumas sociedades preservam determinados valores culturais que funcionam para manter a violência familiar, pela opressão da mulher, como se pode constatar, por exemplo, pela hierarquia de papéis de género em famílias latinas e asiáticas. Há uma mensagem cultural que é assimilada e transferida intergerações, podendo constituir um *stressor* adicional, que deve ser considerado na

avaliação do impacto em todos os elementos da família. As normas culturais e as expectativas funcionam como moderadores dos efeitos de determinadas práticas que podem ser consideradas normais ou não numa sociedade e noutra (Gough, 1996, cit. Iwaniec & Herbert, 1999).

Mcloyd, Harper e Copeland (2001) apelam para a necessidade de no estudo sobre as relações entre os aspectos anteriormente citados e o impacto do conflito interparental na criança, tomemos em consideração as histórias pessoais, ambientes e orientações culturais das famílias. Consideram os autores que especial atenção deverá ser dada aos factores económicos, às barreiras linguísticas e à natureza das relações com os membros da família alargada. Atender ainda aos factores subjectivos como as percepções das instituições (e.g., sistema de justiça), as expectativas conjugais e de género, percepções do racismo e religiosidade, podem influenciar a maneira como o casal gere o conflito e o modo como a criança lida com este.

1.1.4. Atributos da criança (temperamento, personalidade, estilo cognitivo, inteligência)

Davies e Cummings (1994) sugerem que as crianças com temperamento difícil seriam mais reactivas aos eventos negativos e positivos. Em contrapartida, crianças cujo temperamento se caracteriza pela flexibilidade de resposta, um humor positivo, um sentido positivo do *self* e um estilo activo parecem deter um conjunto de factores de resiliência para lidar com eventos de vida *stress*antes (Garmezy, 1981, cit. Humphreys, 1993). Da mesma forma, uma personalidade cooperante e não agressiva e um estilo cognitivo reflexivo e não impulsivo podem constituir factores protectores para crianças expostas a acontecimentos negativos, como a violência interparental.

Crianças que são adaptativas, particularmente inteligentes, com talentos inusuais ou interesses fortes e que tenham outros recursos internos, (e.g., estilo de atribuição externo) tendem a conseguir enfrentar melhor as adversidades (Wolak & Finkelhor, 1997). Blechman, Prinz e Dumas (1995) sugerem que a inteligência acima da média cria competências para a criança lidar com experiências de vida *stressantes* através de aspectos como a linguagem, o *coping* pró-social e a restruturação cognitiva (cit. Margolin, Oliver & Medina, 2001). No entanto, o contributo da inteligência para a resiliência não é claro, quer porque se entende a inteligência acima da média como um amortecedor, a inteligência abaixo da média como um factor de risco independente ou a inteligência como uma espécie de 'procuradora' de outras variáveis como as estratégias de *coping*.

1.1.5. Percepções e interpretações da criança

Como tivemos oportunidade de estudar (cf. Sani, 2002a; Sani & Gonçalves, 2000), as percepções e interpretações que cada criança elabora, evidencia-nos a existência de experiências múltiplas da violência interparental, com importantes implicações ao nível do impacto. As representações formuladas motivam novas reacções e consequências e em resultado do encetar dessa reflexão sobre todos estes aspectos, outros esforços comportamentais e cognitivos são desenvolvidos para lidar com exigências internas e externas causadas pelo problema (Sani, 2002a). A criança tende inicialmente a interpretar pistas específicas que lhe alertam para a existência de um evento desagradável (Grych & Fincham, 1990), originando desde logo respostas afectivas e apreciações cognitivas. Algumas crianças são afectadas na percepção que têm de si próprias, dos seus

relacionamentos, objectivos e estratégias de sobrevivência. As diferentes interpretações dos acontecimentos violentos dependem da forma como cada um de nós percepciona o mundo e a vida, envolvendo não só a experiência pessoal, mas também a matriz social e cultural a que pertencem (Zulueta, 1996). Esta exposição à violência altera a forma como a criança vê o mundo e pode mudar o valor que ela própria atribui à vida (Groves & Zuckerman, 1997). Na análise da situação, a criança vai mentalmente gerando soluções e determinando quais adoptar.

Num estudo sobre percepções Barahal, Waternan e Martin (1981, cit. Glaser, Calhoun & Horne, 1999), concluíram que as crianças abusadas tem menos confiança na sua capacidade para influenciar as suas experiências, sobretudo em relação ao controlar os resultados negativos, em comparação com as crianças não abusadas. Eram igualmente menos capazes de compreender os relacionamentos interpessoais subtis ou complexos.

As percepções de controlo sobre os episódios familiares violentos constituem mediadores importantes do impacto, na medida em que aquelas crianças que se caracterizam pela sua crença de controlo interno sobre os eventos, em oposição ao controlo exercido por forças externas, têm vindo a revelar uma melhor adaptação (Rutter, 1966, cit. Rossman *et al*., 2000). A crença de que detém algum controlo, propicia o uso de estratégias de *coping* focadas no problema (i. é. orientadas para a sua resolução), fazendo-as experienciar menos *stress*, do que o sentido pelas crianças que fazem uso preferencial de estratégias de *coping* focadas na emoção (Compas, Banez, Malcarne & Worsham, 1991, cit. Rossman *et al*. 2000). Estas últimas são usadas por algumas crianças para controlar as suas respostas emocionais face a eventos violentos, por exemplo, através fuga, recusar falar sobre a violência, desculpar o ofensor, esquecer ou minimizar a violência, imaginar que os eventos nunca aconteceram (Peled, 1993, cit. Edleson, 1999). No

entanto, é positivo para a saúde mental da criança, esta acreditar na sua capacidade para se acalmar e regular as suas emoções, podendo ser negativo acreditar na sua capacidade para afectar o relacionamento dos pais, pois há uma grande probabilidade do resultado ser um fracasso, afectando negativamente o seu sentimento de competência (Rossman & Rosenberg, 1992, cit. Margolin, 1998). Isto pode alterar o estado emocional da criança, levando-a a experienciar sentimentos de ansiedade, depressão, desamparo e de baixa dignidade pessoal (Grych, Jouriles, Swank, McDonald & Norwood, 2000) e consequentemente a aumentar os problemas comportamentais.

A percepção de culpa pode constitui um mediador importante do nível de ajustamento da criança à violência interparental (Grych, Jouriles *et al*., 2000), assim como a percepção de ameaça extrema pode mediar uma reacção imediata intensa e o desenvolvimento de efeitos negativos na criança a longo prazo (Grych, Fincham, Jouriles & McDonald, 2000). Esta violência a que a criança está exposta constitui uma ameaça, que mina o seu sentido de predição do meio e o seu sentimento de acolhimento na família, preocupando-a e fazendo sentir-se emocionalmente *stressada* (Cummings, 1998). Quanto à possível associação à psicopatologia, alguns estudos (e.g., Kilpatrick & Williams, 1998) não encontraram valores significativos que sustentassem o potencial mediador de algumas variáveis citadas e o nível de severidade de Desordem de Stress Pós-Traumático (DSPT) em relação ao estatuto de testemunha de violência.

A percepção de suporte da criança, o qual pode situar-se dentro ou fora do sistema familiar, é outro aspecto a considerar, pois pode funcionar como um factor protectivo importante em crianças expostas ao conflito parental (Garmezy, 1983; Jenkins & Smith, 1990, cit. Margolin & John, 1997). Quando as crianças percebem a sua família como possuindo um bom nível comunicacional, tendem a revelar um nível mais complexo de julgamento das

situações, grande controlo e melhor *coping* (Klingman, Sagi & Raviv, 1993). Isto não significa necessariamente que as crianças de famílias abusivas, geralmente caracterizadas por níveis comunicacionais negativos, apresentem limitações cognitivas. Erbes e Harter (1999) alerta-nos para o facto de que é errado assumir que as experiências abusivas limitam necessariamente a complexidade cognitiva, simplificam-na ou resultam em *déficits* desenvolvimentais. No estudo que realizaram com diferentes subgrupos de crianças abusadas (física, psicológica e sexualmente), os autores mostram que os ambientes familiares abusivos ou disfuncionais podem influenciar o conteúdo, em vez da complexidade do sistema de construção das vítimas.

1.1.6. Estratégias de *coping* (confronto)

A criança não é um ser meramente passivo face aos eventos que a rodeiam, mas age e faz escolhas de forma a lidar com o *stress* e a adversidade das situações com que se depara (Hester, Pearson & Harwin, 2000). Os mecanismos que a criança usa para lidar com a exposição à violência incluem, desde o chorar, acalmar a mãe ou advogar em seu favor, ficar em silêncio, sair do quarto, tomar parte do evento violento, ficar atenta aos barulhos ou escolher um dos progenitores envolvidos como alvo (Kerouac *et al*., 1986, cit. Edleson, 1999). Algumas crianças aprendem que a sua presença no espaço físico pode originar o fim da violência (Hester, Pearson, Harwin, 2000). A longo prazo, algumas destas estratégias podem revelar-se maladaptativas aumentando as dificuldades de ajustamento. Para lidar com o impacto da experiência, outras estratégias podem passar pela criação de um mundo próprio, fantasias, ataques de vingança contra o perpetrador para resolver a raiva que sente contra ele, desenhando cenas de conflito e

violência entre adultos, que depois são resolvidos em harmonia ou de forma heróica (Hendessi, 1997).

Naturalmente essas estratégias de *coping* vão depender de características desenvolvimentais da criança (e.g., a idade, a maturidade, capacidade cognitiva) e da existência de uma rede de suporte disponível. Hendessi (1997) refere que as crianças mais velhas usam métodos mais complexos e diversos, e o grau de inadequação pode variar em função das capacidades de aprendizagem da pessoa e da extensão do isolamento dos pares e adultos. As crianças com dificuldades de aprendizagem exibem um nível de vulnerabilidade maior. As suas estratégias de *coping* podem passar por externalizar os seus sentimentos através de vários incidentes traumáticos repetidos em detalhes gráficos e jogos de papéis como vítima e ofensor ou desenhando o perpetrador como um demónio (Hendessi, 1997).

Em termos teóricos uma das tipologias mais citadas sobre o *coping* é proposta por Lazarus e Folkman (1987, cit. Kerig, 2001) que distingue as estratégias de *coping* orientadas para a resolução de problemas (*coping* focado no problema) e as estratégias destinadas a diminuir o *stress* (*coping* focado na emoção). As primeiras explicariam as intervenções directas da criança e a procura de soluções alternativas, enquanto que as segundas estariam mais ligadas a estratégias de evitamento, distanciamento, atenção selectiva (Margolin, Oliver & Medina, 2001). Estas estratégias de *coping* têm diferentes implicações para a criança e para a relação família – criança.

Segundo Cummings e Davies (1994), o estudo das diferenças individuais no *coping* da criança com a violência interparental surge, também, como uma oportunidade para uma melhor compreensão da etiologia e organização comportamental dos diversos tipos de problemas que estas crianças apresentam (e.g., problemas de externalização). Estes autores identificaram, a partir das reacções de crianças em diversos domínios, três

estilos básicos de *coping* usados por estas no confronto com a agressividade entre adultos. Estes estilos que podem tornar-se estáveis ao longo do tempo, podem dar-nos algumas pistas sobre a vulnerabilidade relativa ao desenvolvimento da criança.

Um dos estilos caracteriza aquelas crianças que mostram interesse e alguma preocupação pelos conflitos agressivos, é o mais comum e sugere um *coping* adaptativo. Estas crianças mostram alguns sinais de *stress* durante a exposição às situações de agressividade, sobretudo patente a nível emocional (e.g., expressões faciais de tristeza, aumento do batimento cardíaco) e embora querendo intervir, raramente o fazem, evitando sentir-se mais irritáveis. Fazem geralmente uso da progenitora como base segura, manifestando apesar de algum *stress*, um ajustamento positivo à situação.

As crianças que se revelam zangadas e/ou ambivalentes são dominadas mais frequentemente pela emoção, muitas vezes contrastante, perdendo por vezes o controlo (e.g., chorarem, fogem para o quarto, querem agredir os envolvidos nas agressões). Comparativamente, às crianças do estilo anterior, exibem uma mágoa maior, problemas de externalização sugerindo um *coping* desadaptativo. Após uma separação são crianças que tendem a não usar a mãe como suporte, reacção muito ligada a comportamento social desadaptativo.

Finalmente, existem aquelas crianças que apresentam um estilo não responsivo. Este estilo, menos comum, caracteriza-se pelos reduzidos indicadores de *stress* e níveis de agressividade revelados por estas crianças, que optam mais por suprimir ou internalizar as suas reacções. Após a separação evidenciam respostas de evitamento em relação à mãe.

1.2. Características situacionais / contextuais

A. Características situacionais: relacionadas com a criança

1.2.1. Experiência passada

As crianças que tenham estado expostas ao longo do tempo, a conflitos severos e violência física na família tendem a exibir um *stress* maior quando enfrentam novas situações de conflito, do que as crianças sem história de exposição (Cummings *et al*., 1989, Cummings, Pellegrini, Notarius & Cummings, 1989, El-Sheikh, 1994, cit. Laumakis *et al.*, 1998). Devemos também considerar o sucesso prévio em lidar com o *stress* (Greenbaum, Erlich & Toubiana, 1993), uma vez que segundo Lagerbäck (1991) uma pessoa que esteja numa qualquer situação de tensão mental tem menos recursos para enfrentar uma nova situação. O acumular de problemas ou de situações *stressantes* dificulta ainda mais a recuperação.

Alguns estudos mostram que quanto maior for o período de tempo passado desde a exposição a um evento violento menor serão os efeitos experienciados pela criança. Wolfe, Zak, Wilson e Jaffe (1986) encontraram mais problemas entre as crianças residentes em abrigos do que em crianças que tiveram uma vez no passado sido residentes nestas casas de acolhimento. Os efeitos de uma agitação de momento podem conduzir a uma escalada dos problemas da criança, tal como sucede muitas vezes em abrigos.

1.2.2. Suporte social

O suporte social tem sido conceptualizado de várias maneiras, mas geralmente inclui assistência material e física, suporte informativo e suporte emocional, ou seja, todo um conjunto de recursos disponibilizados a partir da rede social do indivíduo (Beeman, 2001). Uma das conceptualizações mais úteis sobre o suporte social foi desenvolvida por Barrera (1996), o qual distingue entre o que podemos designar de suporte estabelecido (conexões que o indivíduo tem com outros significativos), o suporte efectivo (acções realizadas por outros quando prestam assistência) e o suporte percebido (representação de estar a receber suporte de outros ou a percepção de que é amado, valorizado e capaz de contar com outros quando necessita) (cit. Beeman, 2001). O suporte social, sobretudo o suporte dentro da família, pode ter um papel muito importante ao nível da prevenção e a remediação dos efeitos negativos da exposição da criança à violência.

Um bom relacionamento pais – filho pode constituir um factor de protecção para a criança que vive em ambiente desarmonioso (Humphreys, 1993; Rutter, 1990, cit. Moore & Pepler, 1998). Segundo Emery (1982, cit. Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990) um relacionamento particularmente positivo com um progenitor pode minimizar, mas não eliminar os efeitos do conflito marital na criança. Um ambiente familiar, no mínimo, organizado (e.g., com regras), caloroso (e.g., protector, aprazível, próximo) e de suporte (e.g., que apoia nos problemas e na escola) constitui um meio particularmente positivo para uma criança que, apesar de tudo, está exposta à violência entre os pais. Em contrapartida, a ausência na família de, pelo menos, um modelo não violento que dê um suporte positivo, a falta de monitorização da criança ou existência de múltiplos cuidadores abusivos (e.g., pai, mãe, irmãos) aumentam a probabilidade de um impacto negativo na criança. Quando os pais

experienciam a violência, têm mais dificuldade em estar emocionalmente disponíveis, sensíveis e responsivos às suas crianças (Osofsky, 1999a). Muller, Goebel-Fabbri, Diamond e Dinklage (2000) demonstraram que a exposição à violência na família e a psicopatologia na criança estão bastante associadas quando o suporte é baixo. Pensa-se assim, que o sucesso adaptativo da criança dependa, em grande parte, da segurança e a estabilidade proporcionada pelo seu meio familiar e amigos (Sluzki, 1996; Lurigio & Resick, 1997). A intervenção junto destas crianças sob a forma de facilitação de um relacionamento social de suporte poderia ser altamente benéfico na protecção contra os efeitos maladaptativos do testemunho de violência na família (Muller, Goebel-Fabbri, Diamond & Dinklage, 2000).

Outras dificuldades que contribuem para resultados negativos e afectam as respostas familiares e da criança são, por vezes, as mudanças de residência e de escola das crianças, a estigmatização, a pressão dos *media* ou as complicações legais. Muitas destas complicações surgem em consequência de decisões de separação ou divórcio, que pode para a criança ser uma situação igualmente traumatizante (Sandler, Tein & West, 1994). Não há evidências consistentes que comprovem que a ausência do progenitor tenha efeitos negativos na criança, no entanto, o estilo de *coping* da mãe que lide e compense a ausência do pai parece ter um efeito positivo poderoso (Garmezy, 1983, cit. Humphreys, 1993).

No período da adolescência, o envolvimento na família decresce, e factores externos a esta podem ser importantes. A oportunidade para falar sobre a exposição à violência a outras pessoas de suporte está associado a pensamentos menos intrusivos e consequentemente a menos sintomas de internalização (Kliewer *et al*., 1998, cit. Margolin & Gordis, 2000). Para os próprios pais, o suporte exterior pode providenciar uma oportunidade para falar acerca dos seus sentimentos e traumas, que muitas vezes os

impossibilita de serem mais responsivos a ajudar as suas crianças e a pedir ajuda a outros na sua família alargada e comunidade (Osofsky, 1999a), aspectos que podem, por sua vez, ser benéficos para as crianças. Fora da família, a existência de alguns aspectos como boas amizades com pares[10], participação em actividades extra escolares, competência em desportos e outras actividades, uma boa realização escolar e um sentimento de identificação com a comunidade são factores protectivos capazes de distinguir crianças identificadas com desordem de comportamento e as que não apresentam qualquer problema (Garmezy, 1983, cit. Humphreys, 1993; Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990). As crianças expostas à violência familiar necessitam não só de suporte emocional, conselhos, companhia e ajuda instrumental vinda do suporte social em resposta a incidentes específicos de violência, mas igualmente de suporte a longo prazo para recuperar desenvolvimentalmente dos efeitos da exposição (Beeman, 2001).

1.2.3. Características dos pais

Considerando o contexto familiar, acredita-se que o nível educacional da mãe e a sua manifestação de um estado de menor depressão, o estatuto sócio-económico da família, o estilo educativo dos pais e os relacionamentos com os irmãos (cf. Dunn & Davies, 2001) parecem ser factores protectivos importantes às reacções negativas geralmente apresentadas pelas crianças expostas à violência conjugal (Graham-Bermann, 1998). No entanto, o ambiente autoritário imposto geralmente pelo pai ou companheiro masculino,

[10] Para aprofundamento do tema sobre a ligação entre o ajustamento da criança ao conflito marital e os relacionamentos com pares consultar Parke, Kim, Flyr, McDonald, Simpkins, Killian e Wild (2001).

não permitem à mulher tomar decisões no seio da família. Aquela experiencia frequentemente sentimentos de desamparo e desânimo, emoções que muitas vezes comunica voluntária ou involuntariamente às crianças (Osofsky, 1999a), podendo afectar o equilíbrio emocional destas. Um relacionamento de suporte e atento por parte da mãe para com a criança, pode ajudá-la na diminuição do sentimento de ameaça e perigo, ingredientes críticos que conduzem a um impacto negativo da violência no ajustamento da criança. A mulher pode experienciar, ainda, uma baixa auto-estima, depressão, ansiedade e sentimentos de impotência e culpa, os quais afectam as suas competências de *coping* e as suas capacidades parentais (Sudermann & Jaffe, 1999).

A saúde mental das mães é um dos factores mais estudados ao nível do impacto na criança da exposição à violência. Todavia, nem todos os estudos são unânimes em afirmar o papel mediador desta variável. McCloskey, Figueredo e Koss (1995) apresentam um estudo em que concluem que as mães que experienciam violência conjugal têm maior probabilidade de ter problemas de saúde mental, mas que tal não influencia necessariamente as respostas das crianças ao conflito familiar. Outros estudos como o de Webster-Stratton e Hammond (1988, cit. Humphreys, 1993) concluíram que a depressão da mãe, um problema concorrente, frequente nas mulheres vítimas de abuso, conduz a percepções negativas da criança e consequentemente a um aumento dos níveis de autoridade e do criticismo. Alguns estudos (e.g., Arias, 1999; Holden & Ritchie, 1991, cit. Peled & Davis, 1995) indicam que o *stress* experienciado pela mãe (resultado da combinação de factores como a sua saúde, eventos de vida negativos e desvantagens familiares) e a irritabilidade do pai parecem estar relacionados com os problemas de ajustamento evidenciados por crianças expostas à violência interparental. A investigação sobre o relacionamento entre pais abusivos e as suas crianças

indicam que estes pais estão menos disponíveis para as suas crianças, menos prontos para se envolvem numa discussão racional com elas e menos afectivos do que os pais não violentos (Holden & Ritchie, 1991, cit. David & Lucile Packard Foundation, 1999). Radford e Hester (2001) consideram que muitos destes estudos são limitados, porque baseiam-se em amostras de 'conveniência' de mulheres e crianças que vivem em refúgios ou abrigos, que são apenas uma pequena proporção das vítimas. Os futuros estudos empíricos devem ser mais construtivos, baseados nos recursos e experiência das mulheres de modo a encontrar formas de trabalhar com ela na satisfação das necessidades da criança (Radford & Hester, 2001).

Em geral, as alterações no envolvimento parental, inconsistência nas práticas parentais e conflito parecem ser particularmente interessantes de discutir ao nível do impacto da violência interparental na criança (Arias, 1999; Peled & Davis, 1995). Assim, o envolvimento do pai com a criança é percebido pela mãe, como menor para os indivíduos violentos do que para os indivíduos não violentos, sendo que os primeiros são menos afeiçoados fisicamente e mais tendentes a usar a punição física. As mulheres batidas mostram-se mais inconsistentes em termos das práticas parentais do que as não abusadas, nomeadamente pelo uso de métodos de disciplina diferentes dos do progenitor e alteração dos comportamentos educativos da criança na presença do pai. Por fim, observam-se mais conflitos nas interacções mãe – criança, nas mulheres batidas do que nas mulheres não batidas. Todos estes aspectos aumentam os efeitos negativos da violência a que a criança está exposta (Arias, 1999; Peled & Davis, 1995).

B. Características contextuais: relacionadas com os pais ou o conflito parental

1.2.4. Contexto

O contexto de ocorrência dos episódios violentos é o espaço "casa", normalmente sinónimo de segurança e protecção, mas transformado por tais eventos num ambiente perigoso e imprevisível, criando para a criança um mundo que é confuso, assustador e pouco seguro (Margolin & John, 1997). Quanto mais próxima estiver a criança da violência e quanto maior a familiaridade com as pessoas envolvidas, maior pode ser a reacção de *stress* da criança à exposição à violência (Boneymccoy & Finkelhor, 1995; Pynoos, Frederick, Nader *et al*, 1997, cit. Osofsky, 1999). A existência de um lugar seguro e protector (e.g., casa de um vizinho, escola) pode ser um factor importante na diminuição do impacto negativo da experiência de violência. Segundo Osofsky (1999a), um aspecto psicologicamente importante da educação dos pais para com as suas crianças reside na capacidade destes para providenciar um ambiente seguro, no qual os pais possam proteger a criança e encorajar uma independência apropriada.

1.2.5. Severidade dos conflitos

A severidade dos conflitos é importante na definição da natureza do risco que a criança enfrenta (Kerig, 1996, cit. Cummings, 1998), podendo tomar-se como referência objectiva aspectos como a frequência, a intensidade e a duração dos conflitos e subjectiva a própria construção que a criança faz sobre a gravidade dos episódios violentos (Sani, 2002a). Em geral, quanto

mais frequente e intenso é o conflito marital, maior a probabilidade de problemas na criança (Jouriles, McDonald, Norwood, Ware, Spiller & Swank, 1998). Da perspectiva da criança a violência interparental não é sempre a mesma, pode variar atendendo a uma série de dimensões com mais ou menos impacto. A observação de níveis elevados de conflito destrutivo pode causar efeitos sérios no funcionamento da criança, se se sentir ameaçada pelo conflito ou assumir a responsabilidade por ter causado ou por ter de resolvê-lo, o que pode levá-la a fortes sentimentos de ansiedade, depressão e desamparo (Grych, Jouriles *et al*., 2000).

Os estudos sobre a desordem de *stress* pós-traumático (DSPT) em crianças revelam que, estar fisicamente próximo a um acto de violência, ouvir choros e gritos pedindo ajuda, ser próximo à vítima, ver sangue, lesões ou danos sérios e ainda, a duração do episódio, a frequência e natureza das ameaças e a brutalidade do acto testemunhado, são factores altamente correlacionados com o grau do trauma (Wolak & Finkelhor, 1997). Kilpatrick e Williams (1987, cit. Margolin & Gordis, 2000) encontraram no seu estudo uma prevalência elevada de DSPT entre as crianças testemunhas de violência doméstica, quando comparadas com crianças que não testemunharam este tipo de violência.

Vários estudos demonstraram a importância da dimensão frequência (e.g., Jouriles, McDonald *et al*., 1998), sugerindo que crianças em famílias caracterizadas por frequente violência interparental manifestavam mais problemas de comportamento que as crianças de famílias caracterizadas por menor frequência de violência. Segundo Cummings e Davies (1994), os conflitos interparentais frequentes estão ligados a uma grande tristeza, insegurança, angústia e uma tendência para aumentar o *stress* e agressividade na criança. No que respeita à intensidade, Jouriles, McDonald e colaboradores (1998) sugerem que quanto mais grave e letal for a violência

interparental a que a criança assiste mais problemas podem evidenciar estas crianças. Grych e Fincham (1993, cit. Laumakis *et al.*, 1998) afirmam que as discussões mais intensas parecem estar associadas a percepções de grande ameaça e expectativas quanto à escalada do conflito, muito relacionado com reacções de grande *stress* emocional na criança (ira, tristeza, preocupação, vergonha e desamparo). No estudo que apresentam, Jouriles, McDonald e colaboradores (1998) referem que o uso de armas e facas tornam a violência marital potencialmente mais severa, mais ameaçadora para a criança, conduzindo a que as crianças expostas a tais formas de violência exibam mais problemas de internalização (ansiedade e depressão) e de externalização (agressividade, comportamento disruptivo) do que as que não assistem a este tipo de violência.

Os efeitos causados pela experiência de violência variam, também, consoante se trate de episódio único ou da exposição continuada ou repetida a um evento ou a múltiplos eventos (Marans, 1994). A violência conjugal é geralmente uma experiência que tende a prolongar-se ao longo do tempo e a ser progressivamente mais abusiva. A ocorrência de violência interparental no decurso da vida da criança ocasiona-lhe níveis substanciais de *stress* internalizado (Hughes & Kuke, 1998, cit. Rossman *et al.,* 2000). Rossman, Mallah, Dominguez, Kimura e Boyer-Sneed (1994) consideram que o número de anos que a criança experiencia violência na família está mais relacionada com o impacto do que o nível de violência no último ano (cit. Rossman *et al.,* 2000). A criança que vive com a violência desde o nascimento poderá ser mais vulnerável do que a criança que tenha estado exposta por um período de tempo muito curto. Contudo, estas crianças podem mostrar uma resiliência muito grande em face de dificuldades e, inclusive, serem altamente capazes de esconder medos profundos (Hendessi, 1997).

1.2.6. Tipo de violência

Um outro factor situacional importante prende-se com o tipo de violência a que a criança está exposta. A violência física é percebida pela criança como mais grave comparativamente aos episódios de agressividade verbal (Cummings & Davies, 1994; Zeanah & Scheeringa, 1997), representação que decorre, em grande medida, do reconhecimento *a posteriori* das consequências dos incidentes de abuso físico (Sani, 2002a). Há inclusive evidências de que as crianças expostas à violência física e verbal exibem mais problemas comportamentais do que as crianças que estão expostas somente à violência verbal (McCloskey, Figueredo & Koss, 1995; Fantuzzo, DePaola, Lambert, Martino, Anderson & Sutton, 1991, cit. Peled & Davis, 1995). A violência verbal, quer assistida quer exercida directamente sobre a criança tem efeitos negativos sobre a esta. A investigação tem, por exemplo, demonstrado que as crianças que experienciam frequentemente a violência verbal dos pais apresentam níveis altos de abuso físico, delinquência, problemas interpessoais e outros, comparativamente às que não experienciam abuso verbal (e.g., Becker-Lausen & Mallon-Kraft, 1997; Vissing, Straus, Gelles & Harrop, 1991).

As próprias manifestações de agressividade são sentidas mais negativamente pela criança, do que as expressões verbais e não verbais de raiva (Ballard & Cummings, 1990, cit. Cummings & Davies, 1994). Mesmo as manifestações mais subtis e ambivalentes que a agressão verbal, como por exemplo, as expressões não verbais (e.g., olhar com desprezo, deixar de falar com uma pessoa) resultam em níveis de *stress* significativos para a criança.

1.2.7. Conteúdo do conflito

O tema da discussão é outro aspecto da expressão do conflito com importância ao nível do impacto. Os conflitos conjugais cujo conteúdo temático esteja relacionado com aspectos da criança (e.g., educação, os resultados escolares) produzem nesta particular *stress* emocional. Ela reage a este tipo de conflitos com grande vergonha, culpa e medo de ser envolvida nas discussões (Cummings & Davies, 1994). As crianças podem também perceber-se como responsáveis por decisões como abandono do lar, regresso a casa ou o divórcio dos pais (Humphreys, 1993). Embora se levantem questões sobre o significado do conteúdo temático nas reacções das crianças ao conflito, algumas descrevem, face a conflitos relacionados com aspectos da própria, um sentimento de responsabilização pela ocorrência destes episódios indesejáveis, que as mobilizam para sentimentos negativos (Sani, 2002a).

1.2.8. Resolução do conflito

A resolução do conflito e, mais especificamente, a forma como ela acontece influencia significativamente o impacto na criança da violência interparental, tanto mais se a criança se interessa pelas razões que originaram as discussões (Cummings e Davies, 1994). Os conflitos que não chegam a ter qualquer resolução produzem grande desconforto na criança, mais do que se houver uma resolução parcial. A resolução total do conflito pode ser particularmente importante na diminuição do impacto negativo da experiência de violência entre os pais.

Segundo Davies e Cummings (1994), no que respeita ao conflito parental verbal, a criança está menos abalada quando vê ou ouve esse

conflito ser resolvido. As resoluções não observadas têm para a criança, um significado correspondente à não resolução, o que vem mostrar a importância das cognições como mediador do impacto. No entanto, não tendo sido observada a resolução, mas havendo uma explicação sobre esta, que é dada à criança e que favorece a compreensão do conflito, isto é muito benéfico para ela. As explicações dos pais sobre o seu relacionamento podem influenciar as atribuições de responsabilidade destes pelos conflitos, o que é bastante pertinente, dado que algumas crianças tendem a assumir a culpa pelos incidentes. Segundo Grych e Fincham (1993) as explicações absolvem a criança da culpa, reduzem os seus medos e responsabilidade, mas contribuem para o aumento da vergonha e *stress* da criança (cit. Davies & Cummings, 1994). Dado que as crianças reagem aos significados dos conflitos na base da sua história passada de exposição à violência e da natureza e forma do conflito actual (Cummings, 1998), quanto mais genuína lhe parecer a resolução tanto melhor para a criança.

As respostas da criança não são simples protótipos do comportamento conflituoso dos pais, mas reflectem mímica e contágio emocional (Shifflett-Simpson & Cummings, 1996). Segundo os autores, as crianças parecem envolver-se activamente na análise do significado dos conflitos parentais. Elas reagem não só ao conteúdo da mensagem, mas também ao aspecto emocional subjacente às interacções dos adultos em conflito, pelo que uma resolução emocional negativa aumenta a negatividade das reacções da criança (Cummings & Davies, 1994). Uma emoção positiva pode parecer insincera se os pais continuarem a verbalizar negatividade, daí que temas conflituosos expressos com emoção positiva podem ser mais facilmente desprezados pela criança, do que se expressos com agressividade (Shifflett-Simpson & Cummings, 1996).

2. AS CONSEQUÊNCIAS DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA INTERPARENTAL

A violência interparental, por si só, pode não afectar directamente o ajustamento da criança. Aquela pode atingir, por exemplo, os relacionamentos interpessoais da criança e as suas expectativas sociais, que por sua vez terão um impacto no seu ajustamento. Significa, portanto, que para além dos processos e mecanismos envolvidos na violência, outros factores podem influenciar o nível de ajustamento da criança, ocasionando variações no impacto que podemos apreciar na criança. Não existe, de facto, um estereótipo reactivo da criança à violência no espaço doméstico, detectando-se, inclusive, reacções bastante díspares.

As reacções das crianças expostas à violência interparental variam consideravelmente, no entanto, a variedade de problemas referenciados pelos investigadores é notavelmente congruente. As reacções da criança representam os seus esforços para lidar com eventos extremamente assustadores e imprevisíveis, pelo que não parecem emergir "reacções típicas" à violência na família. À semelhança do que acontece com crianças fisicamente abusadas, as reacções das crianças que testemunham recorrentemente a violência na família podem incluir disrupções nos padrões normais de desenvolvimento que resultam em problemas ao nível do ajustamento cognitivo, emocional e comportamental (Emery, 1989; Jaffe *et al.,* 1990).

A diversidade de reacções das crianças após a exposição recorrente à violência interparental deve ser identificada atendendo a factores desenvolvimentais (e.g., idade, sexo) e situacionais (e.g., severidade da exposição, proximidade física ao incidente e emocional à vítima) (Margolin, 1998). As apreciações e interpretações da criança acerca dos conflitos (e.g., culpa, ameaça, medo de abandono) são também importantes para

compreendermos a variabilidade de problemas comportamentais e emocionais nas crianças de mulheres batidas (Jouriles, Spiller, Stephens, McDonald & Swank, 2000). As crianças em diversos estádios de desenvolvimento são capazes de compreender e lidar de forma diferente com o que acontece entre os pais, em função das suas competências cognitivas e recursos de adaptação (Carlson, 1984, cit. Jaffe *et al.,* 1990). A interacção conflituosa entre pessoas que a criança identifica como figuras de suporte (Sani, 1999a) e a sua ocorrência num espaço, geralmente reconhecido por esta, como um local de segurança e protecção são igualmente aspectos a atender. Importa pois perceber, que os efeitos da exposição na criança resultam não somente da prática de actos de violência (efeitos directos), mas inclusive de um conjunto de condições, que tornadas disruptivas por essa violência, produzem efeitos indirectos ao nível do ajustamento da criança.

2.1. Efeitos directos

Vários estudos (e.g., Cummings & Davies, 1994; Margolin, 1998) com crianças que estiveram expostas à violência conjugal mostram que estas apresentavam, quer problemas de internalização (e.g., ansiedade, depressão, medos) quer de externalização (e.g., raiva, agressividade, fugas de casa). Estes problemas afectam sua capacidade de empatia, de interpretação de situações sociais, o estabelecimento de relações interpessoais, a resolução de problemas, a realização académica, a competência e a integração social.

As crianças que vivem com a violência nas suas famílias podem exibir algumas áreas-problema que se relacionam unicamente com esta experiência. Algumas vezes essas áreas-problema não são imediatamente claras a não ser que seja requerida da criança informação específica ou estas sejam

observadas em situações particulares. Estas áreas-problemas podem ser chamadas de "sintomas subtis", porque muitas vezes requerem uma investigação cuidadosa para serem detectadas. Encontram-se classificadas em três áreas maiores: (a) respostas e atitudes acerca da resolução do conflito; (b) transferência de responsabilidade pela violência; (c) conhecimento e competências para lidar com os incidentes violentos (Jaffe *et al.,* 1990). As crianças em famílias violentas apreendem lições importantes sobre como resolver os conflitos, sendo a violência racionalizada como estratégia aceite para resolver conflitos ao nível da relações íntimas. Os comportamentos violentos são, assim, uma forma efectiva de manter o controlo e o poder. Estas crianças podem, também, aceitar um sentido exagerado de responsabilidade pela violência na família, acreditando que elas próprias, pelo seu comportamento, podem ser as autoras dos conflitos parentais ou achando que devem prevenir a violência, distraindo o ofensor e protegendo a vítima. Uma outra questão é a segurança, que a criança tenta preservar, muitas vezes, sem conhecimento e competências básicas que a ajudem a assegurá-la. Mesmo munidas desses conhecimento e competências põem-se ainda a decisão de fazer ou não uso delas, pois algumas crianças sabem o que fazer, mas por inúmeras razões ficam paralisadas para agir.

2.1.1. Reacções emocionais

Para as crianças mais novas, as consequências da exposição ao conflito interparental podem traduzir-se em dificuldades emocionais significativas, tais como agressividade, ansiedade, baixa auto-estima, confusão, culpa, depressão, insegurança, isolamento, medo, reacções de evitamento, e vergonha (Burrington, 1999; Sudermann & Jaffe, 1999). Muitos dos

problemas emocionais destas crianças sobrevêm, também, por referência aos outros e o que estes poderão pensar, dizer ou fazer. Isto está muito relacionado com o código do segredo, implícita ou explicitamente formulado, e que dita que o abuso não pode ser revelado a pessoas exteriores à família (Sudermann & Jaffe, 1999). Um das reacções comuns é a vergonha em ter de esconder a violência e o embaraço pelo segredo da família (Jaffe *et al.,* 1990). Por essa razão, dificilmente trazem amigos para a sua casa, raramente celebram acontecimentos festivos (e.g., aniversários), não discutem questões familiares com os colegas. Com alguma confusão, estas crianças apercebem-se de que as suas vidas diferem das dos colegas, de que a protecção é algo que lhes falta, pelo que para algumas, um dos grandes desejos é que alguém descubra e as salve (Davidson 1978, cit. Jaffe, Wolfe, Wilson, 1990; Davidson 1978, cit. Margolin, 1998).

Estas crianças podem também sentir-se responsabilizadas por prevenir ou ter de fazer algo para parar os conflitos violentos, no entanto, a incapacidade para o fazerem desencadeia nelas, muitas vezes, sentimentos de culpa, tanto mais evidentes, quanto mais o conteúdo das discussões se relaciona com aspectos da criança (Sani, 2002a). Nestas circunstâncias vimos como algumas delas preferem interferir indirectamente nos conflitos, solicitando ajuda exterior à família, também como forma de se protegerem e evitarem o agravar da situação. Sentem-se, muitas vezes, confusas e divididas no seu sentimento de lealdade, entre proteger a mãe e o continuar a respeitar e a temer o pai, que representa a autoridade na família (Jaffe *et al.,* 1990).

A criança pode sentir que a segurança da sua mãe é da sua responsabilidade, pelo que pode ajustar a sua vida para a proteger. Não raras vezes recusam-se, por isso, a ir à escola e mais tarde recebem o diagnóstico de "fobia escolar" (Jaffe & Geffner, 1998). Outras vezes vão, mas

a presença de queixas somáticas (e.g., dores de cabeça, de estômago) são uma razão para poderem voltar para casa para junto das suas mães. Em algumas circunstâncias, as mães não desencorajam este comportamento devido ao seu próprio isolamento, depressão e incapacidade de interpor alguns limites à criança (Jaffe & Geffner, 1998). A propósito das fobias, Magee (1999) apresenta um estudo muito interessante sobre os efeitos de experiências de vida negativas na génese deste tipo de perturbações, mostrando que a experiência de violência familiar pode influenciar a emergência de fobias específicas, em geral através de processos psicossociais (e.g., percepção de ameaça). Por exemplo, uma criança que se identifica com um progenitor que está a ser verbalmente ameaçado pode sentir-se pessoalmente ameaçada (Magee, 1999).

A imprevisibilidade dos episódios violentos, faz com que a criança viva com grande ansiedade e medo, na expectativa do episódio seguinte. As crianças mais novas podem mesmo não querer separar-se dos pais, pois aprenderam que vivem num mundo imprevisível (Marans & Adelman, 1997) Muitas das crianças expostas à violência interparental relatam inúmeros medos como o medo do escuro, medo de dormir sozinha e outros mais relacionados com os eventos, como medo de armas ou o medo de perder o controlo, por causa do seu desejo de retaliação em relação ao ofensor (Lehmann, 2000). A insegurança sentida prejudica o regular das suas emoções e resulta em níveis elevados de reactividade emocional, ocasionando, por exemplo, que mesmo de noite estas crianças fiquem à alerta para qualquer sinal de aviso de mais violência. A violência a que a criança é exposta enfraquece o seu sentimento de acolhimento na família (Cummings, 1998), levando a que esta passe grande parte do seu tempo na escola, distraída e sem mobilizar grande atenção às tarefas escolares (Jaffe *et al.,* 1990). De um modo geral, a experiência de violência destrói a crença acerca

da capacidade parental da vítima para proteger e tornar a vida da criança segura. O progenitor abusado pode ser visto pela criança como incapaz de dar protecção e segurança e falha igualmente em funcionar com um 'amortecedor' contra o trauma, comprometendo fortemente uma vinculação segura (Lawson, 2001). As crianças inseguras podem ter muita dificuldade em regular as suas emoções e revelar uma grande incapacidade para confiar nos outros e de criar relacionamentos próximos com os outros (Dutton, 2000).

A ambivalência de sentimentos é sentida também por muitas crianças que experienciam, por exemplo, a falta do pai e a necessidade de reciprocidade afectiva pai - filho, mesmo sabendo que o seu comportamento para com a mãe é errado e intolerável. Algumas crianças podem sentir saudades do pai e preocupação pelo seu bem-estar, mas ao mesmo tempo sentem medo dele (Sudermann, Jaffe & Watson, 1996). Com a entrada na adolescência, a mistura de sentimentos pela mãe é algo que também os perturba. Os jovens podem sentir simpatia e suporte, mas simultaneamente sentem-se ressentidos e desrespeitam por vezes as mães, devido à opinião que têm sobre as escolhas destas (Sudermann, Jaffe & Watson, 1996).

A experiência de exposição à violência afecta também a criança na sua auto-estima e na confiança no futuro e nos outros (Jaffe *et al.,* 1990; Margolin, 1998). O desenvolvimento social da criança pode estar constrangido porque está demasiado triste, ansiosa ou preocupada para participar ou porque a sua tendência para usar estratégias agressivas na resolução de problemas interpessoais pode fazer dela impopular, sentindo-se assim rejeitada (Sudermann & Jaffe, 1999). Por outro lado, o isolamento a que muitas destas crianças estão votadas, como estratégia do ofensor para evitar o conhecimento da situação, diminui-lhes as oportunidades de desenvolver os seus interesses extracurriculares e amizades fora do sistema familiar (Wolfe &

Korsch, 1994). Em contrapartida, para alguns jovens que desenvolvem relacionamentos íntimos, a violência passa a fazer parte das suas próprias vidas, ou porque vão tolerando as ameaças e violência do(a) companheiro(a) que exerce controlo através do seu comportamento, ou porque eles próprios encontram na violência uma forma de exercer poder.

O estudo das reacções emocionais da criança aos conflitos interparentais incluem também as interpretações cognitivas desses eventos (Jaffe *et al.,* 1990). Isto permite-nos perceber o porquê de algumas crianças não reagirem emocionalmente, talvez porque interpretem o acontecimento como insignificante ou trivial. Em alternativa, a percepção de grande risco para a mãe ou para ela própria, pode ocasionar reacções emotivas extremas. A interpretação dos eventos é feita com base em pistas situacionais, mas também emocionais. Tais interpretações são muitas vezes influenciadas pela presença de declarações verbais de culpa (e.g., um adulto culpa o outro pelo conflito), interpretações prévias de conflitos similares e circunstâncias observáveis (e.g., injúrias). Segundo Van der Kolk (1987, cit. Jaffe, Wolfe & Wilson, 1990) estas interpretações parecem ser importantes no determinar de estratégias de *coping* da criança face a acontecimentos igualmente *stress*antes num futuro próximo.

2.1.2. Reacções Cognitivas

Sobretudo em idades muitos jovens, os pais assumem o papel, extremamente importante, de modelos educativos, propiciando às crianças um conjunto de aprendizagens, capazes de as orientar no futuro. A criança exposta à violência interparental rapidamente aprende que a violência pode ser usada nos relacionamentos humanos, como estratégia para resolver

conflitos (Kaplan, Hendriks, Black & Blizzard, 1994; Carlson, 1990, Wolfe, Wekerle, Reitzel & Gough, 1995, cit. Margolin, 1998). O objectivo da violência é genericamente a necessidade do abusador obter um grande poder nos relacionamentos interpessoais (Kashani & Allan, 1998). O abusador usa tácticas abusivas para manter o seu poder e controlo sobre a vítima (Sudermann & Jaffe, 1999). A compreensão que a criança desenvolve do mundo interpessoal pode assentar nessa ideia de poder, designadamente o poder físico, que crê difícil ou mesmo impossível de contrariar, especificamente em situações de vitimação conjugal, porque entende como cultural e socialmente legitimadas (Marin & Russo, 1999). As crianças de meios familiares violentos têm, assim, mais probabilidade de aceitar a violência como uma forma efectiva de obter poder e controlo sobre os outros, tolerando facilmente o comportamento agressivo e podendo agir da mesma forma perante pares e outros adultos (Sudermann, Jaffe & Watson, 1996). A criança aprende também estratégias de evitamento e/ou agressão e depreende que a segurança é imprevisível, entendendo que deve estar sempre preparada para agir (Rossman, 1998). A criança pode antecipar a violência nos relacionamentos sociais e descurar pistas sociais (Zuckerman, 1999). Pode ainda, tender a reproduzir noutros contextos (e.g., escola) o que aprende em casa e a externalização de problemas comportamentais pode ocasionar dificuldades de ajustamento que vêm agravar os *stressores* existentes no contexto familiar (Jaffe *et al.,* 1990).

O poder e o controlo são o centro dos relacionamentos abusivos, que podem não acabar mesmo depois da separação do casal. Os ofensores usam por vezes as visitas às crianças como uma oportunidade para atingir as suas ex-companheiras. Algumas crianças antes e depois das visitas dos seus pais choram durante horas, outras tornam-se hostis ou isolam-se durante dias a seguir às visitas (McMahon, Neville-Sorvilles & Schubert, 1999).

O sentido que a criança dá ao que testemunhou e os significados que emergem ao longo do tempo, quando ela começa a organizar os fragmentos da memória traumática são encaixados na sua matriz desenvolvimental. (Marans & Adelman, 1997). Por exemplo, as distorções na memória são mais comuns em crianças mais novas, que com maior probabilidade podem omitir os momentos de extrema ameaça ou a distorcer quanto à sua proximidade ao evento. As crianças mais velhas já não evidenciam tanto distorções na memória, uma das razões prende-se com o facto de que os adolescentes, por exemplo, para além do relato do evento, investem na análise cuidada da participação de cada um dos intervenientes no evento, fazendo dessa narrativa que constróem sobre o evento violento, uma parte de qualquer outro processo de memória (Pynoos & Eth, 1985, 1986, cit. Lehmann, 2000).

Outros problemas ligados ao desenvolvimento cognitivo parecem afectar as crianças expostas à violência interparental como, por exemplo, dificuldades ao nível da linguagem, atenção, concentração e da quantidade de competências desenvolvidas (Edleson, 1999; Sani, 2002a). Tais dificuldades podem comprometer o seu sucesso em termos sociais, resultando em rejeição pelos pares ou incapacidade de empatia com os outros (Wolak & Finkelhor, 1997). Ao afectar a atenção e o autocontrolo, dois importantes componentes da resolução de problemas sociais, o conflito marital pode fazer com que as crianças sejam menos efectivas e mais agressivas nos seus próprios relacionamentos interpessoais (Goodman, Barfoot, Frye & Belli, 1999). Estes autores concluem também que as crianças com poucas competências de resolução de problemas sociais são mais susceptíveis de desenvolver problemas comportamentais de internalização e externalização. Outros estudos (e.g., Margolin & Gordis, 2000) referem que estas crianças tendem a ser menos sensíveis do ponto de vista interpessoal, menos competentes na

tomada de perspectiva do outro, menos capazes de identificar as expressões faciais dos outros e de compreender papéis sociais complexos, menos aptas a gerar soluções ajustadas para problemas interpessoais e mais tendentes a fazer atribuições enviesadas de interações hostis.

As representações construídas por estas crianças acerca do futuro são geralmente pouco animadoras, revelando grande preocupação sobre o seu futuro e o da sua família (Sani, 2002a), inviabilizando a criação de planos de vida, dada a sua grande centração no presente e no passado. Finalmente, revelam uma tendência para um *locus* de controlo mais externo e para exibirem uma baixa auto-estima (Hughes & Graham-Bermann, 1998).

2.1.3. Fisiológicas e Comportamentais

Algumas reacções de *stress* imediatas da criança resultantes da exposição à violência são as respostas fisiológicas naturais como o aumento do batimento cardíaco e da pressão sanguínea e as alterações na actividade eléctrica de pele (El-Sheikh, Harger & Whitson, 2001; Katz, 2001; Mohr & Fantuzzo, 2000). Alguns estudos (e.g., El-Sheikh, Harger & Whitson, 2001) revelam que os efeitos negativos da experiência ao conflito parental inclui reacções de saúde física, preditores importantes de doença crónica. Katz (2001) afirma que a reactividade fisiológica da criança tem um papel mediador entre o conflito marital e os respostas negativas da criança, contudo tais reacções não podem ser vistas de forma isolada do seu comportamento emocional e social. Somente mediante a integração compreensiva dos processos biológicos e comportamentais poderemos ter um quadro completo dos efeitos dos conflitos maritais na criança.

O trabalho de Perry (1997) sobre os efeitos de ambientes violentos em crianças muito novas sugere que ocorrem mudanças negativas permanentes no cérebro e desenvolvimento do sistema nervoso, quando a criança está exposta à violência conjugal e outras formas de violência nessas idades. Estas alterações predispõem a criança para um comportamento mais impulsivo, reactivo e violento em resultado da hipervigilância à ameaça percebida e responsividade excessiva (agressão) quando antecipa actos agressivos vindo dos outros (Perry, 1997).

As queixas somáticas como dores de cabeça, dores de estômago, asma, náuseas, diarreia, constituem respostas psicofisiológicas comuns em reacção a um evento traumático (Lehmann, 2000). A médio prazo, estas crianças podem passar a apresentar outras dificuldades, incluindo problemas de peso e alimentação, de sono e falta de responsividade ao adulto (Jaffe *et al.,* 1990). De acordo com estes autores, os distúrbios comportamentais estão, muitas vezes, associados a problemas de organização da criança, problemas escolares e ausência de relacionamentos com pares positivos.

Muitas das reacções da criança são acompanhadas de manifestações comportamentais como o choro, a frieza e tristeza das suas expressões, as verbalizações de desconforto, ansiedade e preocupação, seguidas muitas vezes de pedidos explícitos para pararem com as agressões (Cummings & Davies, 1994; Cummings, 1998). Na generalidade das situações de conflito entre os pais, as crianças optam por não intervir, com receio de agravar a situação ou poder sair também magoada. No entanto, raras são as crianças que face aos episódios de violência, deixam de estar por perto ou mesmo junto da vítima, pois acreditam que, mesmo não tendo total controlo sobre o que está a acontecer, a sua presença constitui, por vezes, um constrangimento para o exercício de maior violência (Sani, 2002a). Por outro lado, pode haver necessidade de ajudar os pais, e sobretudo a vítima, quando

a situação parece de difícil resolução pelos próprios (Cummings & Davies, 1994), conduzindo a criança a intervenções directas ou indirectas no conflito interparental, podendo envolver acções físicas, verbais ou ambas (Humphreys, 1993). A opção por uma ou outra estratégia vai depender das características pessoais da criança, como a idade ou a percepção de controlo sobre o evento (Rossman & Resenberg, 1992, cit. Margolin, 1998), mas também de factores externos, como o tipo de agressões (O'Brien *et al*., 1991, cit. Laumakis, Margolin & John, 1998) e a intensidade ou severidade do episódio (Grych & Fincham, 1993, cit. Laumakis *et al*., 1998). Assim, aspectos como a frequência, intensidade e conteúdo do conflito são determinantes da estratégia de *coping* (confronto) da criança com o problema. De acordo com O'Brien *et al*. (1991, cit. Laumakis *et al*., 1998) as intervenções directas no conflito dos pais são mais comuns em crianças com história de exposição a agressões físicas, do que em crianças expostas somente a conflitos verbais e menos graves. Conflitos de elevada intensidade ou cujo conteúdo está relacionado com aspectos da criança (e.g., práticas educativas) tendem a ter uma resposta indirecta pela criança, i. é, esta procura resolver o conflito à sua maneira sem interferir na interacção dos pais (Grych & Fincham, 1993, cit. Laumakis *et al*., 1998). Emery (1982, cit. Davis, Hops, Alpert & Sheeber, 1998) refere que existem diferentes maneiras através das quais a criança pode envolver-se no conflito parental tentando manter a paz, envolvendo-se no conflito, isolando-se ou mostrando simplesmente tristeza, aguardando o fim do conflito. A resposta da criança ao conflito interparental afecta e reflecte a estrutura familiar, pelo que os padrões de resposta da criança constituem uma área importante para explorar e compreender os mecanismos da família que afectam quer o funcionamento agressivo quer depressivo da criança. (Emery, 1992, cit. Davis, Hops, Alpert & Sheeber, 1998).

As crianças mais novas expostas à violência conjugal podem envolver-se naquilo que Zuckerman (1999) designa de "jogo traumático", ou seja, um jogo que contém temas associados com o trauma, mas que é repetitivo, monótono e nunca termina numa resolução satisfatória. Outras crianças mais crescidas tornam-se muitas vezes agressivas com os irmãos, colegas e professores. Os comportamentos de destruição da propriedade e envolvimento em brigas podem evoluir para comportamentos de delinquência juvenil em jovens adolescentes, sendo estas condutas mais pronunciadas nos rapazes do que nas raparigas (Sudermann & Jaffe, 1999).

A vivência destes conflitos durante o período da adolescência é extremamente difícil para o jovem, que se questiona e confronta a sua mãe com o facto de não conseguir viver mais com a violência dentro de casa. O protelar de decisões importantes desencadeia em alguns jovens, raiva e frustração, que em situações mais dramáticas resultam em fugas de casa ou envolvimento em comportamentos delinquentes (Jaffe *et al.,* 1990). Outros jovens, por seu turno, sobretudo as raparigas e destas as que possuem irmãos mais novos, podem assumir comportamentos de parentificação, como forma de os proteger durante os episódios violentos, sentindo-se incapazes de abandonar a casa para os proteger a eles e à sua mãe.

2.2. Efeitos indirectos

Para alguns autores (e.g., Finkelhor & Dzuiba-Leatherman 1994, cit. Margolin, 1998), a violência ao afectar negativamente o modo de funcionamento familiar, acaba por comprometer as funções de "cuidar" dos pais, e isto constitui a principal característica desta forma de vitimação indirecta da criança. Fraiberg (1975, cit. Osofsky, 1999) introduziu a ideia de

"fantasmas na enfermaria", para explicar que em circunstâncias normais, a criança teria a atenção e o amor dos pais, que a ajudaria a que determinados fantasmas fossem eliminados da sua vida. Porém, em condições de *stress*, os fantasmas podem voltar e influenciar fortemente e de forma negativa o comportamento dos pais junto das suas crianças.

O conflito interparental afecta o envolvimento, o suporte, a disciplina e controlo, a consistência e monitorização parental (Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998). Segundo estes autores, viver num ambiente hostil e violento é extremamente debilitante, designadamente para a vítima. Atenção e energia são direccionadas para a monitorização e avaliação do estado afectivo do companheiro e a sua propensão para a violência, assim como para defender-se e às suas crianças de ataques verbais e físicos. É natural que ao viver neste ambiente, a vítima se preocupe com as suas necessidades, sobretudo a sua segurança, e possa descuidar na satisfação das necessidades das suas crianças (Holden, Stein *et al*., 1998; Zuckerman, 1999).

A inconsistência pode ser outro problema muito particular nestas famílias, ou porque os pais discordam quanto à educação da criança, ou porque a mãe responde à sua criança duma maneira quando está com ela sozinha e doutra completamente diferente quando o pai está presente. A juntar-se a tudo isto existem, muitas vezes, problemas adicionais que há que enfrentar como o divórcio, os problemas económicos, o desemprego, o risco de despejo de casa. Todos estes factores podem interferir com a capacidade da mãe para dar resposta às preocupações e medos da criança.

Assim, a inconsistência, a ineficácia e mesmo a ausência de responsividade dos pais na satisfação das necessidades da criança, afectam a vinculação às figuras de suporte, algo imprescindível no desenvolvimento da competência e funcionamento adaptativo (Kashani & Allan, 1998). Davies e Cummings (1994) esclarecem que a vinculação insegura torna estas crianças

mais vulneráveis a estados afectivos variáveis, imprevisíveis e negativos. Esta negatividade emocional que estes autores reconhecem como rejeição da criança, varia entre hostilidade parental a isolamento e negligência, está associada a várias formas de inadaptação da criança incluindo passividade, baixa auto-estima e controlo, falta de confiança e baixa competência social. A disrupção ao nível da vinculação produz uma raiva intensa, ansiedade, medo, luto e impede a capacidade da criança para desenvolver confiança e uma vinculação segura com o seu cuidador (Lawson, 2001). Segundo Lawson (2001) uma vinculação insegura conduz ao desenvolvimento de padrões de regulação afectiva mal adaptativa (e.g., isolamento, evitamento, intimidação, agressão), que por sua vez encaminham a pessoa a envolver-se em relacionamentos que requerem intimidade.

Os aspectos anteriormente discutidos remetem-nos para o lado que mais afecta uma criança expostas à violência interparental e que é, sobretudo, seu ajustamento a nível psicológico, não obstante afectarem outras áreas. Aliás, como referem Miller-Perrin e Perrin (1999), os efeitos mais negativos são geralmente de natureza psicológica, mas no geral as crianças são lesadas no seu funcionamento emocional, comportamental, social, cognitivo e físico, áreas que a seguir nos propomos discutir.

CONCLUSÃO

Uma década de estudos empíricos na área da violência familiar demonstram, em geral, como a exposição da criança aos conflitos entre os seus principais cuidadores tem efeitos negativos no seu desenvolvimento comportamental, emocional, social e cognitivo (David & Lucile Packard Foundation, 1999). Estes problemas podem traduzir-se em agressividade, fobias, insónia, depressão, baixos níveis de competência académica e na resolução de problemas, etc., sendo os efeitos a curto e longo prazo (Bodnarchuk, 1999; Rossman, 2001). O impacto dessa exposição na criança é um resultado da conjugação de factores, entre eles as características individuais de cada criança, os factores familiares e aspectos relacionados com o conflito interparental. As reacções da criança podem variar muito, podendo algumas delas ser mais afectadas do que outras. Alguns factores de resiliência ajudam a explicar porque é que algumas crianças que vivem com a violência não são adversamente afectadas como as outras.

A exposição continuada a um *stressor* extremo, que resulte na reexperienciação involuntária do evento (e.g., pesadelos, memórias intrusivas), excitação fisiológica (e.g., insónia, irritabilidade, hipervigilância) e um padrão comportamental de evitamento (e.g., sentimentos de desvinculação, constrição emocional) pode configurar a presença de uma desordem de *stress* pós-traumático (DSPT) (American Psychiatric Association, 1994; Rossman & Ho, 2000; Rossman, 2001). Lehmann (2000) procedeu a uma revisão de 34 artigos de base empírica, clinica/descritiva e conceptual, que consideraram que as crianças que assistem à violência sobre as suas mães estão potencialmente em risco de exibir vários sintomas típicos de uma DSPT. O mesmo autor (cf. Lehmann, 1997) comprova num estudo que efectuou em abrigos para vítimas de violência, que 56% das crianças a viver

nesses abrigos preenchiam os critérios para uma DSPT, enquanto a maioria das restantes crianças, mostravam alguns sintomas associados com esta desordem (cit. Lehmann, 2000). Do mesmo modo, Terr (1991, cit. Sudermann & Jaffe, 1999) considera que as crianças que testemunham a violência em casa estão muitas vezes expostas a formas crónicas e duradouras de violência, que ele designa de trauma tipo II[11]. As crianças são extremamente vulneráveis aos efeitos da exposição à violência pois esta pode alterar o *timing* das trajectórias desenvolvimentais típicas.

Sintomas como ansiedade, depressão e outros sintomas de DSPT podem causar reacções secundárias que tornam disruptivas a progressão da criança através de tarefas desenvolvimentais apropriadas à idade (e.g., comportamentos regressivos como ansiedade de separação, diminuição na verbalização). Tais sintomas podem, por sua vez, afectar as competências de socialização das crianças e a sua capacidade para se concentrar na escola.

Em muitos casos de violência conjugal, as crianças que estão expostas ao abuso continuam a serem vítimas ignoradas porque o trauma ou dano psicológico que elas experienciam não é compreendido ou é minimizado. O impacto na criança e no adolescente da exposição à violência conjugal pode manifestar-se de formas diversas. Quando alguns dos indicadores já referidos são exibidos pelas crianças é, pois, importante levantar-se a hipótese desta poder estar a experienciar situações de violência no contexto familiar. O reconhecimento destes indicadores, da sua variabilidade e interdependências, pode constituir, por si só, um ponto de partida importante na identificação de casos de vitimação e na compreensão do impacto emocional e psicológico na criança, assim como orientar procedimentos de avaliação e intervenção junto de crianças expostas à violência interparental (cf. capítulo IV).

[11] O de tipo I é causado por um evento simples ou discreto (Terr, 1991, cit. Arroyo & Eth, 1995).